



EDUCAÇÃO

Analfabetismo afeta 9,5 milhões acima de 15 anos

Apesar da redução no índice, PNAD constata que situação entre pretos e pardos é mais grave. Problema piora no Nordeste

» ANDREA MALCHER

Em 2022, havia 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas no Brasil. Isso equivale a uma taxa de analfabetismo de 5,6% — uma redução de 0,5 ponto percentual em relação a 2019, o que corresponde a uma queda de pouco mais de 490 mil analfabetos em 2022. Os números fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) — Educação 2022, divulgada ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Desses 9,6 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais, a taxa entre pretos ou pardos (7,4%) impressiona negativamente por representar mais que o dobro do que entre brancos (3,4%). Além disso, entre os idosos com 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo dos brancos foi de 9,3%, enquanto a dos pretos ou pardos atingiu a marca de 23,3%.

A PNAD também constatou que, embora mais da metade da população de 25 anos ou mais (53,2%) tenha concluído, pelo menos, a educação básica obrigatória — isto é, o ensino médio completo —, entre pretos ou pardos o percentual cai para 47%, diferentemente da proporção entre brancos, de 60,7%.

No grupo entre 18 e 24 anos, 36,7% das pessoas estudando são brancas, mas, entre negros, são 26,2%. Dentro desta faixa etária, 29,2% dos brancos cursam a graduação, contra 15,3% de pretos e pardos.

É importante destacar que, enquanto 70,9% dos pretos e pardos na faixa 18-24 anos não estudam ou não tinham concluído o ensino superior, entre os brancos são 57,3%.

» De 15-29 anos, 20% são "nem-nem"

Dos 49 milhões de brasileiros na faixa dos 15 aos 29 anos, 20% não estudam nem trabalham — a chamada "geração nem-nem". Esse percentual é um pouco menor do que o de 2019, quando o número chegou a 22,4%, mas, ainda assim, é considerado muito alto. A constatação é da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) — Educação 2022, divulgada ontem. Ainda na faixa dos 15 aos 29 anos, 15,7% dos jovens estavam ocupados e estudando; 25,2% estudavam, mas não trabalhavam; e 39,1% estavam ocupados e não estudavam.

Desigualdade

Quando se chega aos números do Nordeste, a PNAD confirma mais um aspecto da desigualdade no país. Segundo a pesquisa, a região concentra 59,4% do total de analfabetos no país, o que representa 5,3 milhões de pessoas.

A taxa entre pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler ou escrever reflete o contraste entre as regiões brasileiras: o Nordeste tem a marca mais alta (11,7%) e o Sudeste a mais baixa (2,9%). A discrepância se repete entre os idosos — 32,5% no Nordeste ante 8,8% no Sudeste.

Entre as 27 unidades da federação, os três estados que concentram as maiores taxas de analfabetismo se encontram no Nordeste: Piauí (14,8%), Alagoas (14,4%) e Paraíba (13,6%). O Distrito Federal tem a menor taxa, com 1,9%, seguido de Rio de Janeiro (2,1%) e São Paulo e Santa Catarina (ambos com 2,2%). (Com Agência Estado)

Carlos Vieira/CB/D.A Press



De acordo com o levantamento do IBGE, o analfabetismo é, também, uma questão etária: nos grupos abaixo dos 60 anos, os percentuais são menores

5,2 milhões sem ler acima dos 60

O analfabetismo está diretamente associado a idade. Ou seja: quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de pessoas que não sabem ler e escrever. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) — Educação 2022, eram 5,2 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, o que equivale a uma taxa de 16,0% para esse grupo etário.

Ao incluir, gradualmente, os grupos etários mais novos, observa-se queda no

analfabetismo: para 9,8% entre as pessoas com 40 anos ou mais, 6,8% entre aquelas com 25 anos ou mais, e 5,6% entre a população de 15 anos ou mais. Esses resultados indicam que as gerações mais novas estão tendo um maior acesso à educação e sendo alfabetizadas ainda crianças.

Pela primeira vez, mais da metade da população de 25 anos ou mais (53,2%) havia concluído a educação básica obrigatória. Isso quer dizer que tinha o ensino médio completo. A PNAD destaca, também, o aumento do

percentual de pessoas com o ensino superior completo — que subiu de 17,5%, em 2019, para 19,2%, em 2022.

A taxa de escolarização de pessoas de seis a 14 anos de idade em 2022 alcançou 99,4% — em torno de 26,2 milhões de estudantes —, um patamar elevado que vem se mantendo alto desde 2016 e muito próximo da meta de universalização do ensino do Programa Nacional de Educação (PNE). A taxa de escolarização entre os jovens de 14 a 17 anos aumentou 2,2 pontos

percentuais de 2019 a 2022, alcançando 92,2%.

As pessoas de 18 a 24 anos são aquelas que, idealmente, estariam frequentando o ensino superior se tivessem completado a educação básica na idade adequada, segundo a PNAD. Mas o estudo mostra que, nesta faixa etária, 30,4% estavam sendo escolarizadas em 2022. Desse total, somente 20,8% frequentavam cursos de educação superior — os demais 10,3% estavam atrasados, cursando ainda a educação básica.

CB.PODER

Pessoa com deficiência quer autonomia

» HENRIQUE FREGONASSE

O Estatuto da Pessoa com Deficiência precisa ser modernizado para garantir àqueles que se enquadram nele maior autonomia e independência no âmbito social e no mercado de trabalho. A cobrança é do deputado Márcio Honaiser (PDT-MA), entrevistado de ontem do *CB.Poder* — uma parceria entre o *Correio Braziliense* e a TV Brasília.

Ele lembrou que mesmo sendo recente — entrou em vigor em 2015, por meio da Lei 13.146/15 —, o estatuto precisa de atualização. Isso porque houve vários avanços, sobretudo tecnológicos — como na robótica —, que impõem mudanças nos diversos ambientes sociais. O deputado aponta que os órgãos públicos têm a obrigação de serem pioneiros na adoção de condições voltadas para a pessoa com deficiência.

Honaiser propõe, ainda, que as despesas resultantes de investimentos em capacitação de profissionais e obtenção de tecnologias, voltados ao aumento da acessibilidade e da integração de pessoas com deficiência, sejam dedutíveis do Imposto de Renda das Pessoas

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Honaiser: estímulo tributário ajudaria a diminuir o preconceito e a rejeição

Jurídicas. Seria um incentivo à adesão de ações que promovam a maior inserção da pessoa com deficiência e um avanço na luta contra o preconceito.

“Um dos nossos projetos de lei propõe deduzir do Imposto de Renda as adaptações significativas em infraestrutura feitas nas empresas, que vão poder ter

seu colaborador ou atender seus clientes com maior acessibilidade. Quem qualificar seu funcionário com uma formação, para que ele possa interagir melhor com essas pessoas, deve poder, também, abater o investimento do IRPJ. Uma forma de incentivar a inclusão das pessoas”, assegurou. O deputado ressaltou, ainda,

a importância da implementação de ações que promovam a visibilidade das pessoas com deficiência — como o Dia Internacional da Síndrome de Down e o Dia Nacional da Diversidade Surda. Para Honaiser, são iniciativas que contribuem para a diminuição da rejeição.

“Infelizmente ainda há muito preconceito, muito estigma em relação a isso, de que são pessoas limitadas e incapazes. Quebrar esses paradigmas é uma luta difícil, mas que a gente continua travando. Temos avançado muito. Todos os tipos de deficientes vão conseguindo, cada vez mais, entrar no mercado de trabalho, ter assistência à saúde. Só que ainda há muito que se fazer”, afirmou.

Para o deputado, a imagem de séculos que estigmatizou a pessoa com deficiência não é condizente com a sociedade atual. “Muitas vezes ela é obrigada a andar junto com alguém. O que a gente quer é dar autonomia, independência”, ressaltou.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

PMs afastados por levar homem amarrado

Reprodução/Redes sociais



A Polícia Militar de São Paulo afastou os dois PMs que levaram um suspeito de furtar chocolates em um supermercado, com os pés e mãos amarrados com uma corda, na segunda-feira, na Vila Mariana, na capital paulista. Imagens que circularam nas redes sociais mostram o homem gritando enquanto era carregado no interior de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). O ouvidor das Polícias de São Paulo, Claudio Silva, disse que as cenas remetem à tortura e racismo. “Esse caso nos remete aos idos anteriores a 1888 (abolição da escravidão). As cenas mostradas nos vídeos são contundentes contra a ação dos policiais.” Segundo os PMs, o homem resistiu à prisão e precisou ser contido. A Ouvidoria abriu apuração e pediu à corporação as imagens das câmeras corporais dos agentes e à Polícia Civil as imagens de câmeras do entorno.